

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	18 fevereiro 2017	VERSÃO C
---	--------------------------	-----------------



PARTE I – Duração: 2 horas

A Contex, Lda. é uma sociedade por quotas que presta serviços de contabilidade e apoio à gestão das empresas suas clientes. O período de tributação da Contex, Lda. coincide com o ano civil.

A Contex, Lda. tem, desde a data de constituição, os mesmos três sócios, todos contabilistas certificados (CC): os irmãos Alda Ferreira e Luís Ferreira e a Mãe de ambos, Judite Lima Ferreira. O capital da sociedade divide-se em três quotas. Judite detém uma quota com o valor nominal de 12.000 euros, representativa de 60 por cento do capital e cada um dos filhos tem uma quota representativa de 20 por cento do capital. A sociedade tem uma única gerente: Judite Lima Ferreira. A Contex, Lda. não está sujeita a certificação legal de contas.

A faturação anual relativa à prestação de serviços nunca ultrapassou o montante de 350.000 euros (excluindo o IVA) e, nos últimos anos, reflexo da crise vivida no país, não observou crescimento, tendo até a faturação anual decrescido para valores inferiores aos atingidos em 2010, ano de maior faturação. A Contex, Lda. tem escritórios em Viseu, único distrito onde tem desenvolvido a sua atividade, e emprega nove colaboradores, todos contabilistas certificados e ao serviço da sociedade desde 2012. A sociedade opera em instalações arrendadas, localizadas no centro histórico da cidade e o total do balanço sempre foi inferior a 450.000 €.

QUESTÃO 1.:

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, não tendo exercido qualquer opção, a Contex, Lda. deverá ter adotado:

- a) *A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), podendo optar pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).*
- b) *A Normalização Contabilística para Microentidades (NCM).***
- c) *As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).*
- d) *As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas nos termos do art. 3º do Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.*



Alda Ferreira é contabilista certificada inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados. É, com muito orgulho, membro efetivo da Ordem e sempre teve o pagamento das suas quotas em dia. Ultimamente, Alda mostra-se preocupada e bastante nervosa com as muitíssimas obrigações declarativas a que tem de dar cumprimento no exercício da profissão, com a multiplicidade de declarações oficiais a submeter e prazos a cumprir.

QUESTÃO 2.:

É da exclusiva responsabilidade de Alda Ferreira, enquanto contabilista certificada da ABC, Lda.:

- a) *Submeter anualmente todos os anexos do relatório único.*
- b) *Submeter anualmente a declaração modelo 22 do IRC e a IES.***
- c) *Emitir mensalmente as declarações de rendimentos (DRM).*
- d) *Submeter mensalmente as guias para pagamento das retenções de IRC.*

A preocupação de Alda Ferreira é atenuada pela existência do seguro de responsabilidade civil relacionado com o exercício da profissão de contabilista que a Ordem dos Contabilistas Certificados tem oferecido aos membros.

QUESTÃO 3.:

A contratação de um seguro de responsabilidade civil relacionado com o exercício da profissão contabilística:

- a) *É obrigatória apenas para as sociedades de profissionais e sociedades de contabilidade, independentemente da dimensão e do tipo de entidades a quem prestam serviços de contabilidade.*
- b) *É obrigatória para todos os CC com a inscrição em vigor que assumam responsabilidade por contabilidades.***
- c) *É facultativa para as sociedades de profissionais e para as sociedades de contabilidade quando a carteira de clientes inclua apenas microentidades.*
- d) *É facultativa para os CC cuja carteira de clientes inclua apenas entidades do setor não lucrativo (ESNL).*

Alda Ferreira é a contabilista certificada da FFF, SA. uma sociedade com direção efetiva no Porto. Esta sociedade é proprietária de dois imóveis localizados em Madrid, local onde se situa a sede da sociedade. Um dos imóveis encontra-se arrendado a uma pessoa singular e o outro a uma sociedade, ambos por um período de cinco anos, que terminará em 2018, sendo a renda mensal de 5.000 €, cada um.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	18 fevereiro 2017	VERSÃO C
---	--------------------------	-----------------



QUESTÃO 4.:

Relativamente às rendas que a FFF, SA recebeu dos imóveis situados em Espanha que se encontram arrendados:

- a) Estão isentas de IRC.*
- b) Estão excluídas da tributação em IRC porque os imóveis se localizam em Espanha.*
- c) Apenas as rendas do imóvel arrendado a uma sociedade estão sujeito a IRC.*
- d) Estão sujeitas a IRC.***

José Maria celebrou um contrato de trabalho com a FFF, Lda., sociedade onde exerce funções de diretor comercial desde 2005. Existia, desde 2014, um acordo escrito entre a empresa e o trabalhador a respeito da utilização pessoal de uma viatura que se encontrava registada no ativo fixo tangível da FFF, Lda. Em 2016, José Maria adquiriu essa viatura à empresa por 15.000 €, valor este muito inferior ao valor de mercado da viatura.

QUESTÃO 5.:

No âmbito do IRS de 2016 do José Maria, a aquisição da viatura à FFF, Lda. por um valor inferior ao valor de mercado:

- a) Está obrigatoriamente excluída da tributação em IRS.*
- b) Não será tributável em IRS porque tinha sido celebrado um acordo de utilização da viatura entre a sociedade e o trabalhador.*
- c) Poderá origina uma mais valia tributável na categoria G.*
- d) Poderá constituir um rendimento da categoria A.***

Alda Ferreira é também contabilista certificada da ABC, Lda. Em abril de 2016 a ABC, Lda. vendeu por 800.000 € (mais IVA à taxa de 23%) um equipamento que adquirira por 950.000 € (mais o IVA dedutível) em abril de 2015. Esse equipamento tinha um valor residual estimado de 50.000 € e uma vida útil de cinco anos. Foi depreciado pelo método da linha reta por duodécimos, não sofreu perdas por imparidade e foi mensurado ao custó.



QUESTÃO 6.:

O valor da depreciação anual do equipamento registada na demonstração dos resultados de 2016 da ABC, Lda. deverá ter sido:

- a) 45.000 €.**
- b) Zero, pois no ano de alienação os bens não são depreciados.
- c) 60.000 €.
- d) 180.000 €.

O gerente da ABC, Lda. pediu à contabilista certificada que esclarecesse se poderia aplicar coeficientes de desvalorização monetária no apuramento da mais-valia fiscal resultante da alienação do equipamento.

QUESTÃO 7.:

Alda Ferreira esclareceu que a utilização de coeficientes de desvalorização monetária aplica-se:

- a) Exclusivamente no apuramento de mais-valias fiscais de partes de capital no âmbito do IRS.
- b) No apuramento de mais-valias fiscais de partes de capital e na alienação de imóveis no âmbito do IRS.**
- c) No apuramento de mais-valias fiscais na alienação de imóveis e equipamentos básicos no âmbito do IRC.
- d) Exclusivamente no apuramento de mais-valias fiscais na alienação de imóveis no âmbito do IRS.

Em 14 fevereiro de 2017, a ABC, Lda. foi notificada pela Autoridade Tributária e Aduaneira relativamente à liquidação adicional de 80.000 € do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas do período de tributação correspondente ao ano civil de 2014. A ABC, Lda. pretende exercer o seu direito de participação, na modalidade de audição prévia, sob a forma escrita, mas entretanto pediu à CC da sociedade, Alda Ferreira, conselho e esclarecimento sobre como reagir perante a notificação recebida, nomeadamente como proceder em face de revisão oficiosa da autoliquidação do IRC.



QUESTÃO 8.:

No âmbito do procedimento gracioso relacionado com a liquidação oficiosa do IRC de 2014, Alda Ferreira, enquanto CC da ABC, Lda. poderá, em representação desta sociedade, elaborar uma:

- a) Providência cautelar.*
- b) Reclamação graciosa e impugnação judicial.*
- c) Reclamação graciosa.***
- d) Impugnação judicial.*

Alda Ferreira celebrou um contrato de prestação de serviços com a XXX, S.A., nos termos do qual assumiu a função de Contabilista Certificada dessa sociedade no dia um de fevereiro de 2017.

QUESTÃO 9.:

Alda Ferreira deverá comunicar à Ordem que assumiu a responsabilidade pela contabilidade da XXX, S.A.:

- a) Até 30 dias após o início de vigência do contrato de prestação de serviços.***
- b) Nos 30 dias anteriores ao início de vigência do contrato de prestação de serviços.*
- c) Até ao final de 2017, ano em que celebrou o contrato de prestação de serviços.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Alda Ferreira tem considerado a hipótese de recrutar mais um colaborador, dado que o negócio tem tido alguma expansão. Uma hipótese será dar emprego a um colega de curso, que emigrou para Angola e por lá andou dois anos, pelo que suspendeu voluntariamente a inscrição na OCC enquanto por lá esteve. Uma das condições de Alda Ferreira é que o colega solicite o levantamento da suspensão na OCC.

QUESTÃO 10.:

O levantamento da suspensão na Ordem, após um período de suspensão voluntária de um ano, obriga o contabilista certificado a uma avaliação dos conhecimentos técnicos indispensáveis ao exercício da profissão. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira.*
- b) Falso.***
- c) Verdadeira, porque o levantamento da suspensão após suspensão voluntária pressupõe sempre a avaliação dos conhecimentos técnicos do contabilista*
- d) Falsa, porque a sujeição a exame só acontece exclusivamente perante um levantamento da suspensão após cancelamento voluntário.*

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	18 fevereiro 2017	VERSÃO C
---	--------------------------	-----------------



No balanço reportado a 31.12.2016 da LLL, Lda. – outras das sociedades onde Alda Ferreira é a Contabilista Certificada – os ativos fixos tangíveis incluíam um terreno para construção, o único que a empresa detém desde 2015, ano em que este terreno foi adquirido por 400.000 €. No final de 2015, o valor recuperável do terreno era inferior ao custo de aquisição, mas um ano depois, em 31 de dezembro de 2016, o justo valor (menos os custos de vender) do terreno era um valor muito mais elevado. Nessa data, o balanço da LLL, Lda. evidenciava um excedente de revalorização no capital próprio de 100.000 € e em nota às demonstrações financeiras de 2016 esclarecia-se que esse excedente respeitava exclusivamente ao dito terreno. Sabe-se ainda que na demonstração dos resultados de 2016 foi registada uma reversão de perdas por imparidade em terrenos de 120.000 €.

QUESTÃO 11. :

Com base na informação conhecida, o valor do terreno apresentado no ativo fixo tangível da LLL, Lda. é o seguinte:

- a) *Balanço em 31.12.2015: 280.000 € e Balanço em 31.12.2016: 520.000 €.*
- b) *Balanço em 31.12.2015: 280.000 € e Balanço em 31.12.2016: 400.000 €.*
- c) *Balanço em 31.12.2015: 280.000 € e Balanço em 31.12.2016: 500.000 €.***
- d) *Balanço em 31.12.2015: 400.000 € e Balanço em 31.12.2016: 280.000 €.*

Após ter procedido à conferência dos saldos, Alda Ferreira observou que no balanço provisório da LLL, Lda. reportado a 31.12.2016, o ativo total e o capital próprio encontram-se sobreavaliados. Entretanto, após nova verificação, a Contabilista Certificada da sociedade concluiu que as sobrevalorizações mencionadas se deviam a uma diferença encontrada na reconciliação de contas com o Banco do Norte.



QUESTÃO 12. :

A causa das sobrevalorizações identificadas no balanço de 31.12.2016, pode ter sido o facto de:

- a) *A LLL, Lda. não ter registado na contabilidade o montante dos juros de um depósito a prazo que o Banco do Norte lhe creditou em 31.12.2016.*
- b) *O Banco do Norte ter debitado na conta da LLL, Lda. os juros vencidos e pagos referentes a um empréstimo bancário contraído pela empresa, mas a LLL, Lda. ainda não ter registado esse facto patrimonial.*
- c) *O cheque emitido a favor de um fornecedor ter sido registado na LLL, Lda. a crédito de subconta de 12 Depósitos à Ordem, por um valor superior ao devido.*
- d) *O cheque recebido de um cliente, relativo a um serviço prestado a pronto pagamento à LLL, Lda., ter sido registado na contabilidade desta empresa por um valor inferior ao inscrito naquele documento.*

Em 23 de junho de 2016, a LLL, Lda. prestou um serviço pontual de consultoria a um cliente do Reino Unido por £ 1.000. No dia em que o serviço foi prestado, ficou acordado que o montante a receber pela LLL, Lda. seria 1.300 € e que o mesmo ocorreria em 18 de janeiro de 2017. Entre a data da prestação do serviço e o dia da cobrança, a taxa de câmbio variou, tendo-se fixado sucessivamente nos valores seguintes:

- no dia da prestação de serviço, 23 junho de 2016: GBP/EUR = 1,32 EUR;
- em 31 de dezembro de 2016: GBP/EUR = 1,18 EUR;
- no dia da cobrança, 18 de janeiro de 2017: GBP /EUR = 1,14 EUR.

QUESTÃO 13. :

Na demonstração dos resultados do ano 2016, a LLL, Lda. deverá ter registado:

- a) *Nenhum resultado cambial.*
- b) *Uma perda cambial de 180 €.*
- c) *Uma perda cambial de 120 €.*
- d) *Um ganho cambial de 180 €.*

No balancete auxiliar da LLL, Lda. reportado a 30 de outubro de 2016, a conta 243 – Estado e outros entes públicos – Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) apresentava os saldos seguintes:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	18 fevereiro 2017	VERSÃO C
---	--------------------------	-----------------



Código	Descrição	Saldos Devedores	Saldos Credores
243	<i>Imposto sobre o Valor Acrescentado</i>	640.000 €	810.000 €

Também em 30 de outubro de 2016, todas as subcontas da conta 243 – *Estado e Outros Entes Públicos – Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* evidenciavam na LLL, Lda. os saldos seguintes:

2432	<i>IVA - Dedutível</i>	500.000 €
2433	<i>IVA - Liquidado</i>	800.000 €
24341	<i>IVA - Regularizações a favor do Estado</i>	?
24342	<i>IVA - Regularizações a favor da Empresa</i>	40.000 €
2437	<i>IVA - A Recuperar (de setembro de 2016)</i>	100.000 €

QUESTÃO 14.:

Quanto ao conteúdo e saldo da subconta 24341 IVA - Regularizações a favor do Estado da LLL, Lda., em 30 de outubro de 2016:

- a) *Deverá ter sido 50.000 € e poderá ter respeitado a descontos obtidos em compras de mercadorias.*
- b) *Deverá ter sido 50.000 € e poderá ter respeitado a descontos comerciais concedidos em vendas de mercadorias.*
- c) Deverá ter sido 10.000 € e poderá ter respeitado a uma devolução de mercadorias a um fornecedor.**
- d) *Deverá ter sido 10.000 € e poderá ter respeitado à anulação de adiantamentos de clientes.*

A TTT, Lda., também cliente de Alda Ferreira, é uma empresa industrial.

Questão 15.:

A mensuração dos produtos em vias de fabrico numa empresa industrial permite:

- a) Calcular o saldo final da conta de Produção.**
- b) *Imputar os gastos não fabris à produção acabada.*
- c) *Calcular diretamente o custo das vendas:*
- d) *Mensurar diretamente a produção defeituosa com carácter accidental.*

A empresa fabrica um produto em cuja composição a principal matéria-prima, M, merece muita atenção, por constituir uma parte muito significativa do custo total de



fabrico. Em 2016, a TTT, Lda. passou a utilizar os custos padrão. Alda Ferreira e o gerente desta empresa estudaram o tema e definiram o custo padrão, tendo estimado um custo unitário de 32 € por cada quilograma de matéria-prima M consumida. No mês de outubro de 2016, a sociedade fabricou 2.100 unidades de Produto A, em cuja produção consumiu 2.000 kg de M que custaram 61.000 €.

Questão 16.:

O desvio de preço da matéria prima M em outubro de 2016 foi de:

- a) 32 € favorável.
- b) 2.968 € desfavorável.
- c) 3.000 € desfavorável.
- d) 3.000 € favorável.**

Dado que esta matéria-prima M é fulcral no processo produtivo, a gerência da TTT, Lda. não quer correr o risco de sofrer uma rutura de stock, pelo que mantém sempre em armazém a quantidade necessária para um mês de produção.

Questão 17.:

Na programação mensal das compras desta matéria prima, a TTT, Lda., determina a quantidade a comprar com base na seguinte fórmula:

- a) *Consumo mensal previsto – Inventário final do mês pretendido + Inventário inicial do mês.*
- b) Consumo mensal previsto + Inventário final do mês pretendido – Inventário inicial do mês.**
- c) *Consumo mensal previsto – Inventário final do mês pretendido – Inventário inicial do mês.*
- d) *Consumo mensal previsto + Inventário final do mês pretendido + Inventário inicial do mês.*

A TTT, Lda. tem um Departamento de Investigação e Desenvolvimento que procura não só melhorar a qualidade dos produtos fabricados, como também melhorar a eficiência do processo produtivo. O Diretor do Departamento desloca-se todos os anos a uma importante conferência internacional, onde são apresentadas novas tecnologias. Nessa viagem, aquele Diretor oferece vários almoços e jantares a colegas de outros países,



despesa essa enquadrada no orçamento anual da empresa, sendo tais encontros muito importantes para obtenção de informação. A empresa utiliza o sistema de custeio total.

QUESTÃO 18.:

As despesas com a viagem, inscrição no Congresso e refeições ofertadas pelo Director de I&D a colegas podem classificar-se como:

- a) Custo dos produtos.*
- b) Custo financeiro.*
- c) Custo fixo.***
- d) Custo de distribuição.*

Apesar das melhorias que se têm verificado nos processos de fabricação da TTT, Lda., ainda ocorrem, por vezes, situações de defeito accidental de fabrico.

QUESTÃO 19.:

Determinada componente de uma série do produto fabricado pela empresa apresenta um defeito accidental de fabrico pelo que:

- a) A empresa deve calcular o custo do defeito e imputar o mesmo a uma rubrica de resultados accidentais.***
- b) Deve subcontratar sempre a reparação do defeito a outra empresa.*
- c) O custo da recuperação do defeito deve ser sempre desprezível.*
- d) Todas as anteriores são verdadeiras.*

Um dos problemas que a TTT, Lda. enfrenta é o problema da embalagem do produto final, dada a respetiva fragilidade.

QUESTÃO 20.:

Os gastos suportados pela TTT, Lda. com as embalagens dos produtos fabricados e vendidos num mesmo período:

- a) Aumentam os inventários de produtos acabados.*
- b) Aumentam o custo das mercadorias vendidas.***
- c) Influenciam o custo dos produtos vendidos.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Em 2016, a TTT, Lda. vendeu uma quota representativa de 8 % do capital social que detinha na VEZ, Lda., adquirida em 2014, tendo apurado uma menos valia fiscal de 4.000 € nessa alienação. A menos valia contabilística apurada ascendeu a 5.000 €.



QUESTÃO 21.:

Relativamente às menos valias resultantes da alienação da participação no capital da VEZ, Lda., ao preparar o quadro 07 da modelo 22 relativa ao IRC de 2016 da TTT, Lda., a entregar até ao final de Maio de 2017, Alda Ferreira deverá:

- a) Acrescer 5.000 €.
- b) Não fazer nenhuma correcção.**
- c) Acrescer 5.000 € e deduzir 2.000 €.
- d) Acrescer 5.000 € e deduzir 4.000 €.

João Maria era também sócio da VEZ, Lda.. Esta sociedade foi constituída em 1986 e João herdara uma quota representativa de 40 por cento do capital da VEZ, Lda. em 2005, por partilha da herança do seu Pai, falecido em 1988 e sócio fundador da sociedade.

QUESTÃO 22.:

No âmbito do IRS de 2016 do João, a alienação da quota que detinha na VEZ, Lda.:

- a) *Está sujeita a retenção na fonte de IRS a título definitivo e à taxa liberatória de 28%.*
- b) *Está sujeita a IRS, sendo este rendimento da categoria G obrigatoriamente englobado.*
- c) *Está isenta de IRS.*
- d) Não está sujeita a tributação em IRS.**

A LLL, Lda., empresa enquadrada no regime normal do IVA, celebrou em setembro de 2016 um contrato de locação financeira relativo a uma impressora laser para imprimir os trabalhos que envia para os clientes.



QUESTÃO 23.:

Na contabilidade da LLL, Lda., movimentaram-se as contas seguintes relativamente ao contrato de locação financeira relativo à impressora:

- a) Aquando do pagamento das rendas: Débito da conta 691 Gastos e perdas de financiamento - Juros suportados pelo valor do juro, incluindo o IVA; Débito da conta 2513 Locações financeiras pelo valor da amortização da dívida, sem o valor do IVA incluído; Crédito de subconta de 12 Depósitos à Ordem pelo valor da renda com o IVA incluído.*
- b) Aquando do pagamento das rendas: Débito da conta 691 Gastos e perdas de financiamento - Juros suportados pelo valor do juro, sem o IVA; Débito da conta 2513 Locações financeiras pelo valor da amortização da dívida, com o valor do IVA incluído; Crédito de subconta de 12 Depósitos à Ordem pelo valor da renda com o IVA incluído.*
- c) No momento da celebração do contrato: Débito de subconta de 43 Activo fixo tangível e Crédito de subconta de 25 Financiamentos obtidos (subconta 2513), pelo valor do bem locado sem IVA.*
- d) No momento da celebração do contrato: Débito de subconta de 43 Activo fixo tangível e Crédito de subconta de 25 Financiamentos obtidos (subconta 2513), pelo valor do bem locado com IVA incluído.*

A LLL, Lda. tem recorrido aos serviços de Ambrósio Mendes, advogado e jurisconsulto. Ambrósio Mendes emitiu, em 28 de dezembro de 2016, um recibo eletrónico relativo aos serviços prestados durante o mês e até aquela data mas a LLL, Lda., apenas pagou os honorários e reteve na fonte o IRS no início de 2017. Alda Ferreira teve dúvidas, quanto a saber como preencher a modelo 10, quanto a processar a retenção na fonte e também quanto ao ano de imputação do gasto e sua correspondência com a modelo 3 que Ambrósio Mendes irá apresentar durante 2017.

QUESTÃO 24.:

Relativamente ao preenchimento da modelo 10 e da modelo 3 de IRS, Alda Ferreira, depois de estudar o assunto, deverá ter concluído que:

- a) A obrigatoriedade de retenção na fonte de IRS, que incida sobre os rendimentos da categoria B, ocorre apenas na data do pagamento ou colocação à disposição dos valores ao sujeito passivo.*
- b) A modelo 3 relativa ao IRS de 2016 de Ambrósio Mendes deverá incluir o valor do rendimento e também a respetiva retenção na fonte.*
- c) Tendo a prestação de serviço sido efetuada em 2016, a modelo 10 de 2016 deverá incluir os rendimentos da categoria B, independentemente de terem ou não sido pagos ou colocados à disposição nesse ano.*
- d) Nenhuma das anteriores.*



Alda Ferreira iniciou ainda um contrato de prestação de serviços de CC com a SSS, S.A. em setembro de 2016. O anterior Contabilista Certificado desta sociedade, Luís Matos, entregou-lhe então todos os elementos para que Alda Ferreira pudesse proceder ao encerramento do exercício de 2016.

QUESTÃO 25.:

Relativamente ao encerramento das contas de 2016 da SSS, S.A. e correspondentes entregas da modelo 22 do IRC e IES em 2017:

- a) *Alda Ferreira pode recusar-se a proceder em 2017 à entrega da modelo 22 e da IES relativas a 2016.*
- b) *Luís Matos e Alda Ferreira terão de combinar entre si quem fará em 2017 a submissão da modelo 22 e da IES relativas a 2016.*
- c) *As submissões da modelo 22 do IRC e da IES de 2016, a efetuar em 2017 são da exclusiva responsabilidade de Luís Matos.*
- d) *Alda Ferreira tem a obrigação legal de proceder à entrega em 2017 das respectivas declarações fiscais.*

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	18 fevereiro 2017	VERSÃO A
---	--------------------------	-----------------



Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

A comissão paga por um cidadão residente em Portugal a uma mediadora imobiliária espanhola por esta lhe ter angariado um comprador para um andar de que ele era proprietário em Espanha:

- a) É tributada em IVA em Portugal.
- b) É tributada em IVA em Espanha.**
- c) É tributada em IVA em Portugal e em Espanha.
- d) É tributada em IVA em Portugal ou em Espanha, em função do que constar de acordo de dupla tributação celebrado entre os dois países.

Questão 27.:

Num contrato de locação-venda, a transmissão do bem locado para o locatário no fim da vigência desse contrato, para efeitos de IVA:

- a) Não constitui transmissão de bens.
- b) Considera-se uma prestação de serviços.
- c) Constitui uma transmissão de bens isenta.
- d) Não constitui transmissão de bens, nem prestação de serviços.**

Questão 28.:

Um sujeito passivo que pretenda englobar dividendos recebidos para efeitos de apuramento do seu rendimento tributável em IRS:

- a) Está obrigado a englobar todos os dividendos recebidos no mesmo ano.
- b) Está obrigado a englobar todos os dividendos recebidos no mesmo ano e os restantes rendimentos da categoria E.**
- c) Está obrigado a englobar todos os rendimentos facultativamente englobáveis.
- d) Não está obrigado a englobar quaisquer outros rendimentos.

**Questão 29.:**

O Sr. A. Costa obteve em 2016, entre outros, rendimentos da atividade profissional de arquiteto e rendas de um apartamento que tem no Algarve, não afeto à sua atividade de arquiteto. Relativamente à atividade profissional, emitiu faturas no montante de 20.000,00€, tendo recebido apenas 18.000,00 €, já que um seu cliente ainda não lhe pagou uma fatura de 2.000,00 €. Quanto às rendas, das doze que devia ter recebido em 2016, no montante de 12.000,00 €, apenas recebeu nove, no total de 9.000,00 €.

Com referência a estes rendimentos, o montante dos rendimentos brutos tributáveis em 2016 do Sr. A Costa foi de:

- a) 27.000,00 €.
- b) 29.000,00 €.**
- c) 30.000,00 €.
- d) 32.000,00 €.

Questão 30.:

A Sociedade Jota, Lda. apurou em relação aos anos de 2014 e 2015 prejuízos fiscais de 61.000 € e 30.000 €, respetivamente. Supondo que em 2016 e 2017 irá apurar lucros tributáveis de 40.000 € e 20.000 €, também respetivamente, qual terá de ser o lucro tributável mínimo que virá a apurar com referência a 2018 para nesse ano esgotar os prejuízos fiscais dedutíveis provenientes de anos anteriores?

- a) 28.000 €.
- b) 31.000 €.
- c) 34.300 €.
- d) 70.000 €.**

Questão 31.:

A compra de ações de uma sociedade anónima proprietária de bens imóveis:

- a) Está sujeita a IMT.
- b) Pode estar sujeita a IMT.
- c) Nunca está sujeita a IMT.**
- d) Está isenta de IMT.

Questão 32.:

Qual dos seguintes gastos é aceite para efeitos de IRC?

- a) Juros de mora por atraso no pagamento de uma prestação de empréstimo bancário.**
- b) Multa por estacionamento indevido de uma viatura para descarregar mercadorias.
- c) Despesas não devidamente documentadas.
- d) Despesas não documentadas.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

Diga qual das afirmações está correta:

- a) O custo unitário dos produtos acabados de um período é sempre igual ao custo unitário dos produtos vendidos.
- b) O custo unitário dos produtos acabados de um período é sempre diferente do custo unitário dos produtos vendidos.
- c) O custo unitário dos produtos acabados de um período é sempre igual ou diferente do custo unitário dos produtos vendidos dependendo do sistema de custeio das saídas adotado, independentemente de haver um ou mais lotes entrados no armazém de produtos acabados.
- d) O custo unitário dos produtos acabados de um período é igual ou diferente do custo unitário dos produtos vendidos dependendo do sistema de custeio das saídas adotado no caso de haver um ou mais lotes entrados no armazém de produtos acabados.

Questão 34.:

O sistema de custeio racional caracteriza-se por:

- a) As naturezas de gastos fabris diretos serem imputados diretamente aos objetos de custos/gastos.
- b) Os gastos fabris de natureza fixa serem imputados com base na capacidade anormal instalada.
- c) A diferença entre os gastos obtidos pela contabilidade financeira e os gastos imputados nunca serem objeto de qualquer tratamento na contabilidade analítica.
- d) Nunca ser aplicado no custeio por obra ou encomenda.

Questão 35.:

No caso de uma empresa industrial adotar na contabilidade analítica o sistema de custeio padrão, os produtos acabados ou terminados em armazém são mensurados à entrada pelo:

- a) Custo padrão e à saída pelo custo médio.
- b) Custo médio e à saída pelo custo padrão.
- c) Custo padrão e à saída pelo custo padrão.
- d) Nenhuma das anteriores.



Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	18 fevereiro 2017	VERSÃO A
---	--------------------------	-----------------



Questão 36.:

Certa empresa industrial segue o custeio por encomenda. Em certo período N lançou em fabrico a ordem de encomenda colocada por uma empresa do ramo automóvel – 6.000 peças mod. XYZ – e apurou custos com a sua produção no total de 86.130 €. Sabendo que a fábrica considera normal obter defeitos até 1% da produção lançada em produção e que no período se obtiveram 5.900 peças sem defeito:

- a) O custo imputado à produção acabada sem defeitos totaliza 85.550 €.
- b) A conta de “resultados acidentais” foi movimentada a crédito por 850 € por contrapartida da conta de produção.
- c) Não há que fazer qualquer lançamento em “resultados acidentais”.
- d) A conta de produção apresenta um saldo devedor de 1.450 €.

Questão 37.:

A Empresa Gama segue o sistema de custeio variável e fabrica o produto A ao custo unitário de 3,60 €/unidade e vende-o no mercado ao preço de venda unitário de 8,70 €/unidade, mas suportando gastos de distribuição variáveis de 0,83€/unidade. No período N a Empresa Gama suportou gastos fixos de produção e não fabris no montante de 128.518,00 € e de 120.940,00 €, respetivamente.

Para que a empresa tenha um resultado correspondente a 10% das vendas a empresa terá que produzir e vender:

- a) 74.250 unidades.
- b) 73.980 unidades.
- c) 74.320 unidades.

d) 73.370 unidades 

Questão 38.:

A Empresa Alfa tem uma produção conjunta em que obteve os produtos X e Y e o subproduto SP que vende no mercado a 3,00 €/kg, mas suportando gastos de transporte no montante de 500,00 €/ton. A fábrica teve de custos conjuntos (materiais diretos e gastos de conversão) de 620.000,00 € e produziu 46 ton de X, 90 ton de Y e 8 ton de SP. Sabendo que a empresa vendeu 40 ton de X a 10,00 €/kg, 80 ton de Y a 6,00 €/kg e 8 ton de SP a 3,00 €/kg e que a empresa reparte os custos conjuntos proporcionalmente ao valor de venda relativo e mensura o subproduto pelo critério do lucro nulo, o custo unitário de cada kg produto foi:

- a) Produto X 6,2 € e produto Y 3,4 €.
- b) Produto X 6,0 € e produto Y 3,6 €.
- c) Produto X 5,8 € e produto Y 3,5 €.
- d) Produto X 6,6 € e produto Y 3,7 €.



Questão 39.:

A empresa Beta tem a sua fábrica estruturada em várias secções principais para executar diversas obras para clientes e dispõe das secções auxiliares ou de apoio X e Y para apoiar as secções da fábrica e as da estrutura não fabril, Os gastos de X são repartidos em função da HH aplicadas e os da secção Y em percentagem definida, cabendo a X 10 por cento.

Em certo período a secção X teve de gastos diretos 27.600 € e aplicou 450 HH das quais 20 HH em Y. A secção Y teve de gastos diretos 46.560 €.

O custo de cada HH de X foi:

- a) 65,00 €.
- b) 70,00 €.
- c) 75,00 €.
- d) 72,00 €.**



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS

DEVERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SNC

Questão 40.:

De acordo com o SNC, qual das seguintes afirmações considera mais correta:

- a) Nunca deve haver compensação de ativos e passivos, e de rendimentos e gastos.
- b) Nunca deve haver compensação de ativos e passivos, e de rendimentos e gastos, exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF.**
- c) Não deve haver compensação de ativos e passivos.
- d) Pode haver compensação de ativos e passivos, e de rendimentos e gastos quando, no entender do CC, tal procedimento permitir obter demonstrações financeiras de melhor qualidade.

Questão 41.:

Em novembro de N a sociedade ABC, S.A., com o objetivo de aplicar excedentes de tesouraria, adquiriu e pagou, em bolsa, uma carteira de ações cotadas por 5.000 €, e pagou comissões de intermediação financeira no valor de 150 €. Diga qual das seguintes afirmações está correta:

- a) Realizou uma despesa de 5.000 € e um custo e pagamento de 150 €.
- b) Realizou um gasto de 5.000 € e uma despesa e pagamento de 150 €.
- c) Realizou uma despesa de 5.150 € e um pagamento de 5.150 €.**
- d) Registou as ações na conta 41 – *Investimentos financeiros* por 5.300 €.



Questão 42.:

O saldo do extrato bancário da Empresa TOTAL, S.A. à data de 31 de dezembro de N, relativa ao Banco A, era de 11.500 €. Tendo em vista a reconciliação dos saldos bancários, constatou-se a existência das seguintes diferenças (em euros):

- Crédito bancário relativo à operação de factoring considerado pela empresa em 20/12/N e pelo Banco em 4/01/N+1 30.000
- Aceite cobrado pelo banco em 27/12/N e contabilizado pela empresa em Janeiro de N+1 4.500
- Cheques emitidos em Dezembro de N e descontados pelo banco em janeiro de N+1 7.500
- Cheques devolvidos pelo Banco por falta de provisão e que a empresa mantém em carteira, aguardando a respetiva substituição pelos clientes 750
- Depósito contabilizado na conta do Banco A quando o mesmo foi efetuado no BANCO XXX 8.000
- Constituição de uma aplicação de tesouraria de curto prazo efetuada pelo gestor de conta do Banco em 30/11/N e não pela Empresa 5.000
- Encargos debitados indevidamente pelo banco em 31/12/N, relativos a uma garantia bancária com vencimento em 31/03/N+1 350

De acordo com esta informação, qual seria o saldo da conta de depósitos à Ordem – BANCO A evidenciado pelo balancete da empresa à data de 31 de dezembro de N:

- a) 52.600 €.
- b) 51.600 €.
- c) 50.900 €.
- d) 51.900 €.

Questão 43.:

Os custos de compra dos inventários incluem :

- a) O preço de compra e os gastos suportados diretamente para colocar os inventários no seu estado atual e no local de armazenagem.
- b) O preço de compra e os gastos suportados indiretamente para colocar os inventários no seu estado atual e no local de armazenagem.
- c) O preço de compra e os correspondentes gastos de financiamento, em qualquer circunstância.
- d) O preço de compra e os gastos suportados diretamente, incluindo os impostos recuperáveis, para colocar os inventários no seu estado atual e no local de armazenagem.



Questão 44.:

Na data de relato, a empresa TTT, S.A. mantinha no seu armazém diversas matérias primas, sem possibilidade de serem transacionadas no mercado.

No final do ano de 2016, no que respeita às referidas matérias-primas, a Administração decidiu considerar uma perda por imparidade para aqueles inventários, ainda que não tenha qualquer prova sobre o valor realizável líquido, no valor de 15.000 €.

Sabendo que a taxa de IRC em vigor é de 21%, no final de 2016 ter-se-ão efetuado os registos contabilísticos seguintes:

- a) Débito da 652 – *Perdas por imparidade – Em inventários* / Crédito da 339 – *Perdas por imparidade acumuladas* por 15.000 €; e Débito da 2741 – *Ativos por impostos diferidos* / Crédito da 8122 – *Imposto sobre o rendimento do período – Imposto diferido* por 3.150 €.
- b) Débito da 652 – *Perdas por imparidade – Em inventários* / Crédito da 339 – *Perdas por imparidade acumuladas* por 15.000 €; e Débito da 8122 – *Imposto sobre o rendimento do período – Imposto diferido* / Crédito da 2741 – *Ativos por impostos diferidos* por 3.150 €.
- c) Débito da 652 – *Perdas por imparidade – Em inventários* / Crédito da 339 – *Perdas por imparidade acumuladas* por 15.000 €.
- d) Débito da 652 – *Perdas por imparidade – Em inventários* / Crédito da 339 – *Perdas por imparidade acumuladas* por 15.000 €; e Débito da 8122 – *Imposto sobre o rendimento do período – Imposto diferido* / Crédito da 2742 – *Passivos por impostos diferidos* por 3.150 €.

Questão 45.:

A empresa ALFA é, nos termos do artigo 9.º, n.º 2 do Decreto-lei n.º 158/2009 republicado pelo Decreto-lei n.º 98/2015, uma pequena entidade que aplica o normativo contabilístico específico deste tipo de entidades. Em 1 de julho de 2016 contraiu um empréstimo bancário com o objetivo de financiar a construção de um ativo, que vai levar cerca de um ano a concluir. Os juros do financiamento relativos ao ano de 2016 ascendem a 3.000 €.

No final de 2016 ter-se-ão efetuado os registos contabilísticos seguintes:

- a) Débito da conta 453 – *Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis em curso* / Crédito de subconta de 12 – *Depósitos à ordem*, por 3.000 €.
- b) Débito da conta 691 – *Gastos e perdas de financiamento – Juros suportados* / Crédito de subconta de 12 – *Depósitos à ordem*, por 3.000 €.
- c) Débito da conta 281 – *Diferimentos – Gastos a reconhecer* / Crédito de subconta de 12 – *Depósitos à ordem*, por 3.000 €.
- d) Débito da conta 2722 – *Credores por acréscimos de gastos* / Crédito de subconta de 12 – *Depósitos à ordem*, por 3.000 €.



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 46.:

Os contabilistas certificados devem comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira as razões que impediram o envio das declarações dos clientes no prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.**
- c) 60 dias.
- d) Logo que possível.

Questão 47.:

Quando o contabilista certificado tem conhecimento, no exercício da sua atividade, da prática pelo seu cliente de factos que constituam crimes públicos, o que deve fazer?

- a) Denunciar a situação à Autoridade Tributária e Aduaneira.
- b) Participar os factos ao Ministério Público, através da Ordem.
- c) Não fazer nada já que, enquanto contabilista certificado, apenas lhe compete organizar a contabilidade.
- d) Participar ao Ministério Público e à Ordem.**

Questão 48.:

Nas relações com a Administração Fiscal, os contabilistas certificados devem:

- a) Assegurar que todos os clientes pagam os seus impostos.
- b) Prestar todos os esclarecimentos sobre a documentação contabilística e fiscal.
- c) Acompanhar as ações de inspeção.**
- d) Todas as anteriores.

Questão 49.:

Nas sociedades profissionais de contabilistas, o órgão de gestão deve ser integrado:

- a) Exclusivamente por contabilistas certificados.
- b) Por contabilistas certificados ou seus familiares diretos.
- c) Por contabilistas certificados ou terceiros.
- d) Em pelo menos 51 por cento por contabilistas certificados.**



Questão 50.:

António, contabilista certificado, afixou no exterior do seu escritório uma tabuleta que diz:

“António da Silva, membro n.º 101 345, Contabilidade, IRC, IRS e IVA, horário: 9h-19h.”

Esta menção:

- a) Viola o Estatuto da Ordem porque não é permitida a afixação de qualquer tabuleta no exterior.
- b) Constitui uma forma de publicidade permitida expressamente pelo Estatuto.**
- c) Apenas é admitida a identificação do contabilista certificado e o horário do escritório.
- d) Só as sociedades comerciais podem fazer publicidade.